

mente tendo como ponto de referência as comunidades populares, que estão buscando uma liturgia que seja expressão celebrativa das feições latino-americanas da fé cristã.

Ione Buyst é Doutora em Teologia Dogmática com especialização em Liturgia.
Endereço: Av. Nazaré, 993
Ipiranga - SP - CEP 04263-100

O CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA (IV E V)*

Pe. Dr. Beni dos Santos

A VIDA EM CRISTO E NO ESPÍRITO

Alguns anos antes do Concílio Ecumênico Vaticano II, iniciou-se um movimento de renovação da Teologia Moral, procurando superar, sobretudo, o legalismo e o casuísmo presentes nos manuais tradicionais. Fruto desse esforço de renovação são, por exemplo, as obras de **Émile Mersch**, *Morale et Corps Mystique*¹ e de **B. Häring**, *A Lei de Cristo*, editada em três volumes no Brasil². Estas obras se fundamentam, antes de tudo, na originalidade da moral cristã: o seguimento de Jesus Cristo e a graça, enquanto dinamismo do Espírito que envolve a ação humana. O Concílio Ecumênico Vaticano II assumiu a contribuição desse esforço de renovação da Teologia Moral e traçou o rumo geral para o

seu prosseguimento: "*Consagre cuidado especial ao aperfeiçoamento da Teologia Moral, cuja exposição científica, mais alimentada pela doutrina da Sagrada Escritura, evidencie a sublimidade da vocação dos fiéis em Cristo e sua obrigação de produzir frutos na caridade, para a vida no mundo*"³.

Após vinte e oito anos do término do Concílio, alguns resultados da renovação da Teologia Moral são, de certo modo, conquista definitiva. Em primeiro lugar, o uso do instrumental das ciências, sobretudo da antropologia, psicologia e psicanálise, para uma compreensão da historicidade do homem, do seu fazer-se histórico como projeto, como ser inacabado. Essa compreensão foi devida à influência de algumas correntes filosóficas, principalmente o existen-

* Este artigo é a continuação do tema que vem sendo aprofundado desde a Revista No. 3, abril/junho, 1993. Desta vez está dividido em dois capítulos: o capítulo IV, aborda a questão da **Moral do Novo Catecismo**; o capítulo V, aborda a questão da **Oração**.

1. Desclée de Brouwer, Paris/Bruxelles, 1949.

2. Herder, São Paulo, 1964.

3. Optatum Totius, n. 16.

cialismo e o personalismo. E, na América Latina, diversos moralistas, baseados numa antropologia de natureza sociológica, se esforçarem por renovar a Teologia Moral a partir da ótica dos pobres. Mas esse empenho de renovação, ainda em curso, não produziu, em diversos aspectos, resultado satisfatório. Existe, em diversas obras de Teologia Moral, falta de clareza com relação à origem da moral. Outras vezes, busca-se, no instrumental das ciências, não só uma compreensão mais profunda do ser humano, mas o próprio *éthos*, isto é, os princípios normativos da conduta humana e da vida dos homens. Alguns escritos revelam dúvida com relação à existência de normas morais apodíticas, portanto, objetivas e universais, desembocando assim no relativismo ético, analisando profundamente pela última Encíclica de João Paulo II. Outros escritos ainda não sublinham suficientemente a originalidade da moral cristã: o seguimento de Jesus Cristo, a dimensão da graça e o caráter escatológico da conduta moral. O esquecimento da dimensão pneumatológica da moral conduz a um pelagianismo no plano ético, tornando praticamente inviável a vida moral. É o que constatou São Paulo, quando escreve: **"Pois o querer o bem está ao meu**

alcance, não porém o praticá-lo. Com efeito, não faço o bem que quero, mas pratico o mal que não quero" (Rm 7,18-19).

Tendo presente essa problemática referente à questão moral, sobretudo no campo religioso, podemos perceber melhor a oportunidade do Catecismo da Igreja Católica e da Encíclica de João Paulo II, *Veritatis Splendor*.

Neste artigo, pretendo, como já fiz nos anteriores, oferecer uma contribuição para a leitura e o estudo do Catecismo da Igreja Católica. As considerações se referem à terceira parte: *A Vida em Cristo*. Antes, porém, recordemos a estrutura do Catecismo. Ele se inicia, expondo as verdades contidas no Sínodo Apostólico: a fé celebrada sobretudo na liturgia sacramental e, na terceira parte, da fé testemunhada pela vida moral da fé. A fé enquanto maneira de viver.

Na impossibilidade de mostrar, no espaço reduzido de um breve artigo, toda a riqueza da doutrina do Catecismo sobre a moral, tratarei apenas das seguintes questões de fundo: a origem e o fim da moral, a antropologia que fundamenta a concepção da moral por parte do Catecismo, e a originalidade da moral cristã.

O caminho para se encontrar a origem da moral é a visão do ser

humano criado à imagem de Deus. A raiz última de sua dignidade se encontra neste fato. É aí também que se fundamenta o seu desejo de felicidade, a inquietude de seu coração, na expressão de Santo Agostinho.

Aristóteles, na *Ética a Nicômano*, mostra claramente que o fim da moral é a felicidade. Só através do agir moral, ou seja, da prática das virtudes, o ser humano pode realizar a sua vocação natural à felicidade. Essa busca da felicidade, enquanto fim último, enquanto bem procurado por si mesmo, encontra-se também na origem da pergunta que o moço rico dirigiu a Cristo: **"Mestre, que farei de bom para ter a vida eterna?"** (Mt 19,16). A resposta de Cristo confirma que o fim da moral é a felicidade: **"... se queres entrar para a Vida, guarda os mandamentos."** (Mt 19,17). A Encíclica *Veritatis Splendor* assume esta passagem do Evangelho, interpretada profundamente pelo Papa, como pano de fundo para a consideração de toda a questão moral. De fato, a moral está intimamente ligada à vocação do ser humano à felicidade e, em última análise, à felicidade plena que o Evangelho denomina *vi da eterna*. Por isso, o Catecismo inicia a exposição sobre a vida moral, observando: **"As bem-aven-**

turanças respondem ao desejo natural de felicidade. Este desejo é de origem divina: Deus o colocou no coração do homem a fim de atraí-lo a si, pois só ele pode satisfazê-lo" (n. 1718).

Como se pode logo perceber, a doutrina do Catecismo sobre a moral é conseqüência de uma antropologia de natureza teológica. Em outras palavras, de uma antropologia que concebe o homem como ser criado à imagem de Deus. É, nessa perspectiva, que o Catecismo trata da assim chamada *lei natural*. Uma das causas do relativismo moral hoje existente é, de um lado, o abandono de uma moral baseada na revelação de Deus, e, de outro lado, a falta de confiança na razão humana como faculdade capaz de determinar uma reta conduta humana. Esta última questão é conseqüência da difusão da mentalidade positivista, que reduz o papel da razão ao campo dos fatos empíricos, excluindo-a do campo dos valores referentes à conduta humana. Segundo a mentalidade positivista, o problema ético depende de cada indivíduo, de suas inclinações, da variabilidade e imprevisibilidade de suas emoções. em outras palavras, no campo do comportamento ético, não existe verdade objetiva e universal. Porém, a

concepção do ser humano, criado à imagem de Deus, fundamenta, antes de tudo, a existência de uma moral objetiva e universal, chamada *lei natural*. Segundo o Catecismo, a lei natural se articula a partir da razão enquanto faculdade humana pertencente ao homem criado à imagem de Deus. De acordo com S. Tomás de Aquino, a lei natural nada mais é do que a luz da inteligência infundida em nós por Deus⁴. E o Catecismo acrescenta, citando Leão XIII: “*é a razão humana ordenando fazer o bem e proibindo pecar*” (n. 1954).

A razão não é só faculdade de conhecer, mas também de julgar. Quando exerce esta função, é chamada *consciência moral*. Portanto, a origem última da moral é o próprio Deus, que criou o homem à sua imagem, com a capacidade não só de conhecer, mas também de julgar, de discernir entre o bem e o mal. Esta faculdade, embora enfraquecida pelo pecado, é iluminada pela graça e pela Palavra de Deus.

A concepção da lei moral baseada na própria verdade do homem, isto é, na sua essência, na sua natureza racional, criada por Deus,

evita, no campo da moral, a normatividade heterônoma, criticada pelo homem da modernidade.

Outros elementos antropológicos mostram ainda certas características da concepção cristã da moral. O ser humano não é um indivíduo fechado sobre si mesmo. É um ser solitário. A moral pois, não é apenas uma questão individual. Ela se articula na relação entre pessoa e sociedade, pessoa e comunidade, pessoa e natureza, pessoa e Deus. Em poucas palavras, o ser humano só é sujeito moral em seus vínculos de solidariedade. Mas, ele possui também um guia interior: o Espírito Santo. “*A pessoa humana participa da luz e da força do Espírito divino. Pela razão é capaz de compreender a ordem das coisas estabelecidas pelo Criador. Por sua vontade, ela é capaz de ir ao encontro do seu verdadeiro bem.*” (n. 1704). Ainda que não se tenha consciência desse fato, o Espírito Santo se encontra na origem de nossas ações morais, de nossas opções. A vida moral não é empenho do ser humano entregue a si mesmo. É um empenho envolvido pela graça, pela presença do Espírito. É Ele que torna possível a vida e a ação moral. Ainda

mais: a conduta moral, em última análise, não é questão de realização de atos bons em si mesmos. É questão de santidade de vida.

Segundo a imagem do evangelho, a árvore deve ser boa a fim de produzir bons frutos (Cf. Mt 7,17-18). Dialeticamente, a vida moralmente reta, supõe ainda outro elemento de ordem antropológica: o reconhecimento do homem como pecador e a esperança do perdão. Trata-se de um componente fundamental da moral cristã. É esta esperança que torna possível, pela ação da graça, a conversão e uma nova conduta como integrante da santidade. É ela que possibilita a reabilitação moral e espiritual do ser humano pecador. Esta reabilitação, realizada pelo poder do Espírito, a doutrina da Igreja chama de *justificação*. É significativo que o Catecismo dedica ao tema da justificação articulada com a graça, algumas de suas mais belas páginas (Cf. nn. 1987-2005).

Outro elemento importante da compreensão do ser humano, por parte do Catecismo, é a *liberdade*. Ela é condição fundamental para se falar de moralidade. Impedir o ser humano de agir livremente, é impedi-lo de agir de modo humano, de agir como sujeito moral.

De acordo com o Catecismo, a liberdade é um componente do ser

humano enquanto imagem de Deus (Cf. n. 1705 e 1712). Liberdade que é capacidade de fazer o bem. “*Quanto mais praticar o bem, mais a pessoa se torna livre*” (1792). E em outro texto: “*A liberdade é no homem uma força de crescimento e amadurecimento na verdade e na bondade.*” (n. 1731). A prática do mal, coisa sempre possível, demonstra que a liberdade humana está alienada pelo pecado e, por isso mesmo, precisa ser curada, redimida, numa palavra, libertada. Por isso a graça, enquanto ação do Espírito, não diminui a liberdade, antes, a liberta e salva.

Alguns pensadores da modernidade, pretendendo libertar o ser humano de todas as tutelas, principalmente a religiosa, tiveram dificuldade em conciliar a liberdade e a autonomia humana com a existência de Deus. Segundo *Karl Marx*, o homem religioso carece de autonomia. É um ser dependente e, conseqüentemente, incapaz de responsabilizar-se plenamente por si mesmo e pelos destinos do mundo. Para Sartre, se Deus existe, então o homem já não é livre e plenamente responsável não só pelos seus atos, mas também pela sua própria essência. Se Deus existe, argumenta ele, então já existe uma consciência anterior à minha cons-

4. Opuscula Theologica, II, n. 1129, Ed. Taurinens. (1954), 245.

ciência. Então minha essência já está predeterminada.

A meu ver, faltou a esses pensadores, uma concepção mais realista da liberdade humana, enquanto liberdade condicionada pela existência do mal. Liberdade que não só historicamente, mas também radicalmente, precisa ser libertada. Por isso, a autocomunicação de Deus em seu Espírito (graça) não limita a liberdade. Ao contrário, a cura, liberta e redime. Ensina Cristo: "... *quem comete o pecado, é escravo... se, pois, o Filho vos libertar, sereis, realmente livres.*" (Jo 8,34 e 36). Ou então, como afirma São Paulo: "*On-de está o Espírito, aí está a liberdade.*" Nesta perspectiva, podemos conceber a vida cristã, como vida em liberdade. Uma liberdade, porém, articulada sempre com a verdade, com o amor e, possibilitada, pela ação do Espírito.

Afirmo, atrás, que a doutrina moral cristã procede de uma antropologia teológica. Depois de apresentar alguns elementos dessa antropologia, podemos perguntar: *o que é pois a moral cristã?* Na sua originalidade, ela não é, antes de tudo, uma questão de atos, mas de *vida em Cristo*. Vida possibilitada pela ação do Espírito. É uma moral de seguimento de Jesus, não no sentido de imitação de um mo-

delo exterior, mas de assimilação da própria vida à vida de Cristo. A moral cristã não é questão de obediência à lei, mas de obediência à fé (Cf. Rm 1,5). Fé que não se esgota numa adesão intelectual às verdades reveladas, mas que deve ser inserida nos costumes. Fé tornada "*caminho*", modo de viver. Aliás, o vocábulo "*caminho*" é o mais antigo nome para designar o cristianismo.

Concluindo, podemos dizer que o Catecismo da Igreja Católica presta um serviço relevante à humanidade e à Igreja. Num tempo de relativismo moral amplamente difundido, que nega a existência de atos bons ou maus em si, afirmando que a bondade ou a maldade dependem dos resultados previsíveis de nossas ações (*conseqüencialismo*); num tempo, até mesmo, de abandono da moral com graves conseqüências no campo da vida familiar, da política, da economia, da ciência e da tecnologia; num tempo de busca utópica de uma moral de consenso, fundamentada unicamente na "razão comunicativa", o Catecismo testemunha, com clareza, a existência de uma moral objetiva e universal, chamada *lei natural*, cuja origem última é o próprio Deus. Assim, ele presta um serviço à humanidade. A moral, como a história tem demonstrado,

é uma questão de vida e sobrevivência. Sem moral, a sociedade e a própria humanidade cairiam no anarquismo. Sem moral, como temos visto pela questão ecológica, o progresso torna-se ameaça à vida, o ser humano sente-se desprotegido e alvo de todas as espécies de arbitrariedades, o poder conquistado de intervir nas próprias fontes da vida passa a ser temido pelo homem. Tudo o que é humano precisa ser regulado por normas éticas. Nem tudo que é possível fazer, é lícito fazer.

O Catecismo presta serviço relevante à Igreja, antes de tudo, mostrando de modo claro, a originalidade da moral cristã: o seguimento de Jesus, seu caráter eclesial e sua dimensão pneumatológica e escatológica. A moral cristã não é uma realidade paralela à lei natural. Ela a assume à luz do seguimento de Jesus e das bem-aventuranças do Evangelho. Por isso mesmo, o Decálogo, que contém os preceitos fundamentais da lei natural, é ratificado pela revelação de Deus no Antigo Testamento. Confirmado por Jesus Cristo no Novo Testamento. Revelado, em sua profundidade, no sermão das bem-aventuranças. O Decálogo revela, no plano da normatividade ética, as exigências con-

cretas e fundamentais do amor ao próximo. Indica o caminho da felicidade plena. Mostra, assim, que Deus é a origem última da lei moral e também o seu termo.

No âmbito eclesial ainda, o Catecismo presta um serviço à catequese e à Teologia Moral. Os antigos Catecismos, na parte moral, tratavam apenas da noção e formas de pecado, dos vícios e dos mandamentos do Decálogo. O atual Catecismo da Igreja Católica, além de enriquecer a catequese com uma rica doutrina sobre os fundamentos da moral (*Moral Fundamental* ou *Geral*), trata de temas atuais como igualdade social, dimensão política da caridade, corrida armamentista, questão da propriedade privada e destino universal dos bens, cooperação social, ecologia, tratamento humano devido aos animais, e tantos outros temas.

Ao lado da Encíclica *Veritatis Splendor*, ele oferece uma base para a renovação da Teologia Moral, isto é, daquela parte da Teologia que busca, na revelação de Deus, respostas normativas para a conduta humana. O Catecismo não só coloca nas mãos do teólogo uma síntese coerente do patrimônio da fé com relação à reta conduta humana e cristã, mas aponta também para novos horizontes.

A ORAÇÃO CRISTÃ

O Catecismo da Igreja Católica trata da oração na quarta parte, depois de ter tratado do **crer (o mistério cristão)**, do **celebrar (a liturgia)**, do **viver (a moral)**. Mas isto não significa que a oração é a quarta atividade da Igreja por ordem cronológica. Não se trata simplesmente de uma atividade, mas do lugar, isto é, do “*seio*” no qual o cristão vive sua adesão de fé, celebra as maravilhas de Deus e é sustentado em sua vida moral. A oração permeia todas as atividades da Igreja, as envolve e sustenta.

É interessante observar, logo de início, que o Catecismo não se filia a nenhuma corrente de espiritualidade ou escola de oração. Procura basear sua doutrina na riqueza da tradição tanto oriental como ocidental da Igreja. Basta recordar a dimensão trinitária, cristológica, pneumatológica e eclesial da oração. Mas, ao tratar da oração, ele possui um horizonte do que aquele representado pela tradição oriental e ocidental. A oração, segundo o Catecismo, é uma experiência que caracteriza a vida religiosa como tal. Expressa, antes de tudo, a condição do ser humano como elemento e centro da criação, como interlocutor de Deus a partir de sua condição de criatura, portanto, de

ser aberto ao diálogo com Deus. Justamente, porque elemento e centro da criação, esta lhe constitui, segundo a teologia de São Paulo (Cf Rm 1,18-23), uma revelação primeira. Revelação que é graça, isto é, autocomunicação de Deus, suficiente para despertar nele não só uma reta conduta moral, mas também a oração e o culto. Observa o Catecismo: “*É sobretudo a partir da realidade da criação que se vive a oração*” (n. 2569). E ainda no mesmo parágrafo: “*Essa qualidade da oração é vivida por uma multidão de justos em todas as religiões.*”

A fim de introduzir no ensinamento do Catecismo sobre a oração cristã, analisarei rapidamente os seguintes pontos: a natureza da oração cristã, inclusive sua dimensão pneumatológica, a revelação da oração e a meditação sobre o Pai Nosso. Concluirei com algumas observações sobre a dimensão pedagógica.

Para explicar a natureza da oração cristã, é muito significativo a escolha do episódio do encontro de Jesus com a samaritana e sua afirmação: “*Se conhecesses o dom de Deus*” (Jo 4,10). A reflexão sobre a oração, fundamentada neste texto, mostra que a oração é, antes de tudo, dom de Deus. A presença de Deus na vida e na caminhada

do ser humano é ato primeiro. É ele quem toma a iniciativa. É uma presença que é graça, dom gratuito. A oração, que brota do ser humano e se expressa por palavras, silêncio, gestos e pensamento, é ato segundo, isto é, resposta. Não se trata porém de algo casual. Trata-se de uma experiência intrínseca ao ser humano. O homem tem sede de Deus, a “*água viva*”. E é próprio de Deus, ser trinitário, comunicar-se, oferecer-se como dom. As palavras do Catecismo são concisas e ricas: “*A oração, quer saibamos ou não, é o encontro entre a sede de Deus e a nossa. Deus tem sede que nós tenhamos sede Dele*” (n. 2560). Essa última afirmação é citação do pensamento de S. Agostinho. Portanto, mais do que questão de palavras, a oração é uma questão de experiência de vida, de relação pessoal e íntima com Deus. É, na oração, sobretudo, que Deus trabalha no coração humano. /

Essa concepção da oração como relação pessoal com Deus está plenamente de acordo com a natureza da fé cristã. O objeto primeiro da fé não é uma doutrina, mas uma pessoa: “*eu creio em ti*”. O cristianismo não se fundamenta, antes de tudo, numa doutrina sobre Deus, mas em sua autocomunicação aos homens em Jesus Cristo.

A oração cristã é expressão desse acontecimento. Por isso, ela expressa a fé, ao mesmo tempo, a alimenta.

As palavras, porém, exprimem imperfeitamente essa experiência de relação vital. Daí o sentido da experiência de S. Terezinha que o Catecismo cita para responder à pergunta: o que é a oração? “*... a oração é um impulso do coração, um simples olhar lançado ao céu, um grito de reconhecimento e amor no meio da provação ou no meio da alegria.*” (n. 2558)

Profundando essa dimensão vital da oração, o Catecismo usa a categoria bíblica de aliança para expressar a experiência da oração. No Antigo Testamento, o coração designa o nosso mundo interior, o núcleo profundo da nossa personalidade, a sede dos pensamentos, sentimentos e decisões morais. É no coração que a aliança tem lugar. Pois bem, segundo o Catecismo, “*a oração cristã é uma relação de aliança entre Deus e o homem em Cristo. É ação de Deus e do homem, brota do Espírito e de nós, dirigida para o Pai, em união com a vontade humana do Filho de Deus feito homem*” (n. 2564). A citação do Catecismo mostra claramente que a oração é uma aliança com a Trindade, isto é, comunhão com as três Pessoas divinas, pois ela é “*relação viva*

dos filhos de Deus com seu Pai infinitamente bom, com seu Filho Jesus Cristo e com o Espírito Santo." (n. 2565)

Ao tratar da oração na perspectiva da experiência bíblica da aliança, o Catecismo mostra, implicitamente, que a oração é uma questão de amor e não de tempo. Quem afirma que não tem tempo para rezar, não conseguiu compreender o que é a oração. Como o amor, a oração está sobre o signo da gratuidade. É experiência da graça. É dom de Deus ao ser humano. É oferta do ser humano a Deus. É uma atitude que expressa a sede natural de Deus por parte do homem. É uma demonstração de que o sentido último do ser humano é o encontro com Deus no amor. Sem Ele não podemos existir. Portanto, só o amor torna possível uma experiência profunda de oração. Por isso mesmo, os grandes místicos do cristianismo, basta recordar S. João da Cruz, usaram as categorias do amor humano, para explicar a experiência de Deus na oração.

Por outro lado, não passa despercebido ao ensinamento do Catecismo, aquilo que poderíamos denominar a dialética da oração. Essa relação vital e amorosa com a Trindade, que é a oração, é ao mesmo tempo, uma relação marcada pelo

sofrimento, pela luta, pela paciência, pela perseverança, por desafios. Numa palavra, pela obscuridade da fé. S. João da Cruz diria pela *"noite escura"*.

Esse caráter dialético da oração, que aparece inclusive na oração de Jesus, o Catecismo o designa com a expressão *"combate da oração"*. Combate que enfrenta dúvidas, distrações, aridez, falta de fé, mentalidade secularizada e as concepções errôneas sobre a oração largamente difundidas. Toda essa dialética, porém, torna a oração um fenômeno da nossa liberdade. Aqui se encontra outro aspecto de sua base antropológica. O ser humano quando reza demonstra que acolhe livremente Deus em sua vida e livremente se volta para Ele. Daí a observação do Catecismo: *"Nosso Pai sabe de que precisamos, antes de lhe pedirmos, mas espera nosso pedido porque a dignidade de seus filhos está precisamente em sua liberdade."* (n. 2736)

Mas, talvez, o componente mais importante da natureza da oração seja a sua dimensão pneumatológica. A rica e profunda pneumatologia, que aparece em cada página do Catecismo, é uma demonstração clara dos resultados positivos do recente desenvolvimento da pneumatologia na Igreja Ocidental. A

pneumatologia está presente no ensinamento sobre a oração. O Catecismo concebe a oração com verdadeira experiência do Espírito. A oração é dom de Deus justamente porque o Espírito Santo é a sua fonte. É Ele que move o ser humano a rezar. (Cf. n. 2670). Não só. O Espírito é também mestre (Cf. n. 2672), pois ensina a orar. No tempo da Igreja, é Ele que suscita na comunidade cristã as diferentes formas de oração: bênção e adoração, súplica, intercessão, ação de graças e louvor. Seu ensino está registrado também na tradição viva da oração cristã e nas diversas liturgias elaboradas, no decorrer da história, pela comunidade crente, de acordo com sua cultura, seu contexto geográfico, suas tradições e seus costumes.

Como o Pai e o Filho, o Espírito Santo é também interlocutor da oração cristã. Um texto do Catecismo, expõe, de modo conciso, a dimensão pneumatológica da oração: *"O Espírito Santo, cuja União impregna todo o nosso ser, é o mestre interior da oração cristã. É o artífice da tradição viva da oração. Sem dúvida, existem tantos caminhos na oração quanto orantes, mas é o mesmo Espírito que atua em todos. Na comunhão do Espírito Santo, a oração cristã se torna oração da Igreja."* (n. 2672)

Examinada a natureza da oração, vejamos, agora, outro ponto importante: a revelação da oração. É principalmente aí que o Catecismo mostra a articulação da oração com a história humana. É como ser histórico, portanto, em processo de acabamento, de maturação, e inserido nos acontecimentos que se desenvolvem no tempo e no espaço, que o homem se relaciona com Deus na oração. Assim, de certo modo, cada personagem bíblico, citado pelo Catecismo, revela um aspecto da historicidade da oração. A revelação progressiva da oração vai desde o início da história (Antigo Testamento). Atinge a plenitude, no Novo Testamento, com Jesus e Maria. Prolonga-se na vida da Igreja. Mas o centro da revelação da oração é a pessoa de Jesus. Ele é também o mestre e o caminho da oração. Quando Pedro, o Pastor da Igreja, diz a Jesus: *"Senhor, ensina-nos a orar."*, está ele indicando Jesus como mestre e caminho da oração para a Igreja. A reprodução, no início da quarta parte do Catecismo, de uma antiga pintura que se encontra em um mosteiro de Constantinopla, ilustra bem esse fato. A resposta de Jesus a Pedro, é a oração do Pai Nosso. Com essa oração, Jesus não apenas entrega à Igreja uma fórmula de oração. Ele indica

as condições fundamentais da oração cristã. A primeira delas, a atitude filial. Por isso mesmo, o ponto de exclamação (!), colocado logo após a expressão "Pai Nosso", é um pormenor significativo. Exprime o grito filial.

O Pai Nosso é, ao mesmo tempo, a oração dominical e a oração eclesial. Oração do Senhor e oração do seu corpo, que é a Igreja.

A explicação do Pai Nosso está baseada nos ensinamentos das Catequeses Mistagógicas dos Padres da Igreja, portanto, no contexto vivo da liturgia batismal.

Finalmente, devemos ressaltar a dimensão pedagógica desta última parte do Catecismo, que trata da oração. Em vez de apontar métodos da oração, ele apresenta testemunhas vivas: personagens bíblicos, sobretudo a figura orante de Jesus e sua Mãe. No tempo da Igreja, os santos, a igreja doméstica, os grupos de oração, as pessoas consagradas, os catequistas. Em vez de escolas de espiritualidade, o Catecismo se inspira na tradição da oração do oriente e do ocidente. Sublinha ainda, o caráter dialógico da oração. Ao tratar da revelação da oração, mostra

que, na oração, é Deus quem toma a iniciativa. A nossa oração é, na realidade, apenas uma resposta. E, nos salmos, a Bíblia coloca em nossos lábios a resposta.

Creio que a importância que o Catecismo dá à oração e à profundidade com que a trata, juntas com outras experiências de oração hoje difundidas, provocarão uma renovação da Igreja. Pois a oração não é só epíclase, invocação do Espírito. A oração alarga também o espaço do nosso ser, da nossa vida, para que o Espírito possa agir. As instituições e estruturas da Igreja, a teologia e as práticas pastorais, só se renovam quando animadas pelo Espírito de Deus. Quando todas as nossas atividades são envolvidas pela oração, então toda a nossa vida se torna oração. Toda a nossa vida se torna experiência do Espírito.

Pe. Beni dos Santos é Doutor em Teologia e Professor de Eclesiologia e Teologia do Espírito na Faculdade N. S. da Assunção.

Endereço: Av. Nazaré, 993
CEP 04263-100
Ipiranga - SP

AS FORÇAS IMPERIALISTAS CONTEMPORÂNEAS

Pe. Dr. José Benedito Simão

A força controladora do recente tipo de imperialismo que se exerce na América Latina é conseqüente das relações de dependência com o bloco trilateral formado pelos Estados Unidos da América do Norte, pela Europa e Japão que, se organizaram e tornaram-se grandes potências econômicas e políticas do hemisfério ocidental, sobretudo os Estados Unidos que ainda exerce o domínio vigilante da segurança dos seus interesses e das suas aliadas potências econômicas¹.

As nações da América Latina com o tempo deixaram de ser colônias ibéricas, de sofrer o intervencionismo britânico exclusivo,

saindo de uma situação colonial controlada por uma economia de estilo mercantilista para serem submetidas a uma condição "neo-colonial", sob a guarda dos princípios neo-liberais, isto é, exploradas pelo capital externo investido na região, exploradas pelo indviduamento internacional, "tornaram-se formalmente autônomas e continuaram, igualmente, subdesenvolvidas e dependentes, revelando por inteiro, na ordem internacional, o significado profundo das discrepâncias entre o status jurídico, de um lado, e o status econômico, social e político, de outro."²; tornaram-se um

1. Cf. Octavio Ianni, *Imperialismo na América Latina*, 2a. edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1988, p.23. "Desde a Segunda Guerra Mundial, tornou-se cada vez mais evidente para os governantes norte-americanos e os seus associados latino-americanos, a conveniência de pôr em prática e desenvolver um padrão de diplomacia que abarcasse todas as relações e estruturas básicas envolvidas em sua supremacia sobre as outras nações do continente. Desde então, os interesses econômicos, políticos e militares, além dos acordos, tratados e programas culturais, universitários, científicos, sindicais e religiosos, passaram a ser encarados como elementos mais ou menos importantes, conforme o caso, das relações hegemônicas dos Estados Unidos sobre os outros países do hemisfério. Tanto assim que a espionagem e os programas destinados à preparação de forças especiais para a repressão de movimentos sociais também passam a fazer parte desse sistema de relações. Ocorre que a diplomacia total é parte preeminente do tipo de supremacia que os Estados Unidos exercem no continente e no âmbito do capitalismo mundial."; Doc. Santo Domingo, n. 208.

2. Costa Pinto, *Desenvolvimento Econômico e Transição Social*, 3a. edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978, p. 180.